




“A PESSOA TER DEZANOVE PARA LÁ NÃO PREJUDICA”: O CASAMENTO PREMATURO NA PERSPECTIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MOÇAMBIQUE¹

“If the person is nineteen and over it doesn’t harm”: Child Marriage from the perspective of Children and Adolescents in Mozambique

Elena **COLONNA**

Departamento de Sociologia
Universidade Eduardo Mondlane
Maputo, Moçambique

elena.colonna@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8639-9686> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

RESUMO

O casamento prematuro tem profundas implicações na vida e no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes envolvidos, especialmente nas meninas. Em Moçambique, 41% das raparigas e 11% dos rapazes menores de 18 anos, são casados ou vivem com alguém como se fossem casados. O presente artigo procura apresentar o fenómeno social do casamento prematuro, a partir dos pontos de vistas das próprias crianças e adolescentes de três diferentes contextos de Moçambique. Os dados foram recolhidos através de uma pesquisa participativa e visual e foram analisados, de acordo com o modelo socio-ecológico. Os principais resultados indicam que todos os actores que poderiam ter um papel central na prevenção do casamento prematuro, desde os próprios adolescentes, os seus pares e as suas famílias até a comunidade, as instituições e o Governo local, desempenham na realidade um papel ambivalente, contribuindo muitas vezes para estes casamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Casamento Prematuro. Crianças. Adolescentes. Moçambique.

ABSTRACT

Child marriage has serious implications for the lives and for the development of children and adolescents, especially for girls. In Mozambique, 41% of girls and 11% of boys under 18 are married or live with someone as if they were married. This article seeks to present the social phenomenon of child marriage, from the point of view of children and adolescents from three different contexts in Mozambique. Data were collected through a participatory and visual research and analyzed, according to the socio-ecological model. The main results indicate that all actors that could play a central role in preventing child marriage, from adolescents themselves, their peers and their families to the community, institutions and local government, actually play an ambivalent role, often contributing to these marriages.

KEYWORDS: Child Marriage. Children. Adolescents. Mozambique.

¹ Os dados apresentados são resultado de uma pesquisa desenvolvida com financiamento do UNICEF Moçambique no âmbito da Análise da Situação dos Adolescentes em Moçambique 2018. Entretanto, as opiniões expressas no artigo são da exclusiva responsabilidade da autora, não reflectindo a política ou a posição da UNICEF.

INTRODUÇÃO

Tem que esperar até dezoito anos porque engravidar antes de dezoito anos prejudica a própria pessoa, por exemplo, larga a escola antes de terminar por causa de engravidar, acaba abortando por não ter condições porque não foi programada, foi assim mesmo, de repente engravidou e deixa a escola por causa de engravidar, aborta e prejudica a própria pessoa, é normal ela morrer por causa disso mesmo. Vale terminar de estudar, uma pessoa costuma ter anos que não traz problemas no hospital, por exemplo mesmo a pessoa ter dezanove para lá, não prejudica, mas dez, onze, doze, treze prejudica. (Noémia, 19 anos, Ribaué).

O casamento infantil ou prematuro é a união formal ou informal em que um ou ambos os cônjuges são menores de dezoito anos de idade. Na maioria dos casos, este acontece entre um homem mais velho e uma menina (COSTA, 2019). De acordo com o relatório do UNICEF "*Early Marriage, Child Spouses*", o casamento prematuro tem profundas implicações físicas, intelectuais, psicológicas e emocionais, tanto para meninas assim como para rapazes, limitando as oportunidades educacionais e de desenvolvimento pessoal. Além disso, para as meninas, o casamento está muitas vezes associado à gravidez precoce, que causa taxas mais elevadas de mortalidade materna, e a uma vida marcada por submissão doméstica e sexual e torna as meninas mais vulneráveis às infecções transmissíveis sexualmente (ITSs), incluindo o HIV/SIDA (UNICEF, 2001).

Em Moçambique, 41% das raparigas e 11% dos rapazes menores de 18 anos, são casados ou vivem com alguém como se fossem casados (MGECAS & MISAU, 2020). Para reverter este cenário, em Julho de 2019, o Parlamento Moçambicano aprovou a Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras, onde a união com um(a) menor de idade (qualquer pessoa com menos de 18 anos) é considerada um crime e é punida com prisão e multas para os envolvidos.

A maior parte da literatura sobre a infância e adolescência em Moçambique é marcada por uma visão que os caracteriza como "vítimas" de diferentes problemas: violência e práticas tradicionais (MABASSO e TEREUCAN, 2022), casamentos prematuros e gravidezes precoces (NHAMPOCA e MARITZ, 2022), HIV e outras doenças (NGUYEN, LOVERO, *et al.*, 2022), abandono escolar (BASSIANO e LIMA, 2018), conflitos e terrorismo (SHAW e HARRIS, 2003), etc. Entretanto, estes conceitos muitas vezes não são criados pelas crianças e pelos adolescentes nem pelas suas comunidades, mas são construídos por actores externos. São geralmente os que detêm o poder e os recursos que definem as agendas de pesquisa e, desta forma, a realidade dos outros, moldando e limitando as formas em que é possível falar e pensar os assuntos na sociedade (GLAUSER, 1990).

Baseando-se no reconhecimento das crianças e adolescentes como actores sociais (PECHTELIDIS, 2021), o presente artigo tem como objectivo apresentar o casamento prematuro, a partir dos seus próprios pontos de vista. Os dados foram recolhidos através de uma pesquisa participativa e visual em três diferentes contextos de Moçambique e foram analisados, seguindo os níveis do modelo socio-ecológico (UNICEF, 2019).

METODOLOGIA

Desenhar uma pesquisa participativa com crianças e adolescentes implica criar espaço para que eles possam contar a sua própria história, com as suas palavras e a partir dos seus pontos de vista (FRISINA, 2013). Neste contexto, é de central importância trabalhar com perguntas abertas, evitando questões de pesquisa que possam limitar a livre expressão das perspectivas dos participantes, empurrando-os para respostas pre-definidas (TISDALL, DAVIS, & GALLAGHER, 2009).

Na pesquisa apresentada, optou-se por um método de pesquisa-acção participativa, inspirado no *Photovoice* (HUSSEY, 2016; PALIBRODA, 2009). Crianças e adolescentes foram convidados a produzir fotos e desenhos para responder as seguintes questões: O que te faz sentir bem? O que te faz sentir mal? Qual é o teu sonho? Após terem explicado individualmente as suas imagens aos investigadores, os participantes, em pequenos grupos, categorizaram as imagens e debateram sobre elas, identificando barreiras e oportunidades para a implementação dos seus sonhos e dos seus direitos. Finalmente, pesquisadores e participantes colaboraram na organização de uma exposição das imagens com as respetivas explicações para disseminar as “vozes” das crianças e dos adolescentes nas comunidades em que estão inseridos (HUSSEY, 2016; PALIBRODA, 2009; HUGHES, 2012).

Em Moçambique, um país marcado por significativas disparidades regionais, étnicas, culturais e socioeconômicas (UNICEF, 2020), existem múltiplas “infâncias” e “adolescências” e uma pluralidade de possibilidades, expectativas, experiências, significados e desafios para a implementação dos direitos de crianças e adolescentes. Para conseguir apresentar esta diversidade, mesmo de uma forma limitada, foram seleccionados três casos de estudo (STAKE, 2007), isto é, três diferentes contextos, com características sociais, económicas, culturais, territoriais e infraestruturais específicas, onde crianças e adolescentes moçambicanos podem viver: uma grande cidade

(Maputo), um município (Ribaué, em Nampula) e uma vila sede distrital (Pebane, em Zambézia).

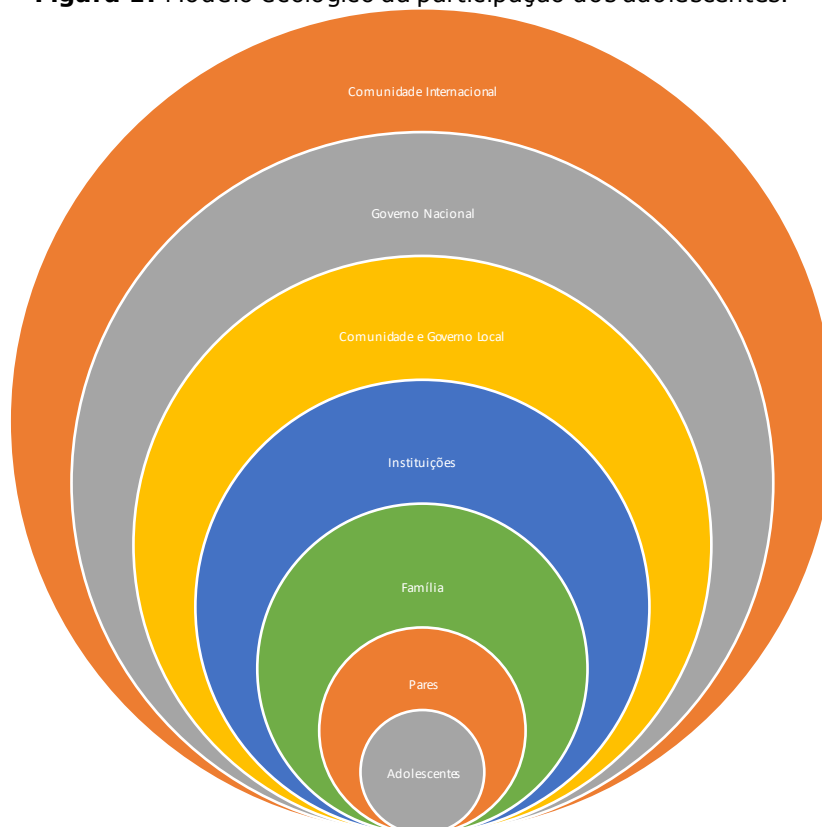
No total, 31 meninas e 32 rapazes, com idade compreendida entre os 10 e os 19 anos de idade participaram na pesquisa. A selecção dos participantes procurou garantir a diversificação do grupo, em termos de origens culturais, bairros ou experiências de vida para fornecer uma perspectiva mais ampla sobre as diferentes “infâncias” e “adolescências”. Em particular, os participantes diferenciavam-se em termos de religião (muçulmana e diferentes igrejas cristãs), nível de escolaridade (de 1ª a 12ª e fora do sistema escolar, incluindo aqueles que nunca frequentaram a escola, que abandonaram os estudos e que terminaram o ensino secundário), deficiência, filhos, casamento, orfandade e situação familiar, trabalho e local de residência, entre outros.

Em termos éticos, foi pedido o consentimento informado a todos os participantes e também aos encarregados de educação, para aqueles menores de 18 anos. Adicionalmente, todas as pessoas fotografadas deram a sua autorização para o uso das imagens em relatórios e artigos científicos. Apesar de todos os participantes terem autorizado o uso dos nomes reais, a autora decidiu não mencionar os nomes reais no caso de imagens e falas sensíveis (COLONNA, 2012).

A devolução dos resultados da pesquisa à comunidade através das “vozes” de crianças e adolescentes fazia parte da metodologia proposta e do compromisso ético dos pesquisadores com os participantes, considerando que os benefícios em termos de empoderamento das crianças e dos adolescentes envolvidos foram maiores do que os riscos de exposição e represálias (GRAHAM, POWELL, TAYLOR, ANDERSON, & FITZGERALD, 2013).

Para a elaboração deste artigo, foram selecionados apenas os dados produzidos pelos participantes relacionados à temática do casamento na infância e adolescência. Os factores de prevenção e de risco para o casamento prematuro foram analisados de acordo com o modelo ecológico, sendo categorizados, com o apoio do software de análise de dados QDA Miner Lite, nos diferentes níveis do sistema social (individual, pares, família, comunidade, instituições e Governo).

Figura 1: Modelo ecológico da participação dos adolescentes.



Fonte: UNICEF, 2019.

Uma vez que a pesquisa visual e participativa foi desenvolvida com o intuito de apresentar os pontos de vista das crianças e dos adolescentes e de fazer ouvir as suas vozes, o texto é principalmente descritivo e as interpretações da investigadora são limitadas.

O CASAMENTO PREMATURO: OLHARES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A “criminalização” e “estigmatização” das uniões e dos casamentos envolvendo crianças e adolescentes a nível da opinião pública levanta desafios na produção de conhecimento sobre estas práticas. Com efeito, adolescentes e adultos procuram partilhar apenas opiniões gerais sobre os aspectos negativos do casamento prematuro, imaginando que estas serão bem aceites pelos investigadores. Por exemplo, através da imagem a seguir, Núria, Vanessa e Lizy afirmam, de uma forma geral, que o casamento prematuro deixa as meninas tristes porque leva ao abandono escolar.

Imagem 1: Não podemos casar antes dos 18 anos



Fonte: Núria, Vanessa e Lizy, Pebane, 2018.

Aqui representamos uma menina casada com menos de 18 anos e está triste porque não vai à escola. Gostamos desta foto porque nos avisa que não podemos casar antes dos 18 anos. (Núria, Vanessa e Lizy, 12 anos, Pebane).

Neste caso, elas não mencionam nenhuma relação direta com o fenómeno, evitando contar se as suas famílias já tentaram forçar para um casamento elas ou as suas irmãs ou se tiveram amigas e colegas que abandonaram a escola devido a uma união prematura. Ainda mais difícil é que as pessoas, em particular as meninas, revelem que se encontram numa situação de união prematura e partilhem abertamente as suas experiências pessoais, sejam elas positivas ou negativas. Assim, as meninas em união de facto que participaram na pesquisa tendiam a não assumir perante os pares e os investigadores a sua condição ou desistiram da pesquisa por vergonha ou falta de tempo, devido às suas múltiplas responsabilidades. Uma das participantes que vivia com um homem mais velho contou que a iniciativa de casar foi do namorado, mas ela e a sua família aceitaram. Para ela, "*ser casada é bom*", entretanto o parto e a convivência com a primeira esposa do marido (que se encontra numa situação de poligamia) são os aspectos mais difíceis que tem vivenciado.

O papel dos adolescentes e o impacto do casamento nas suas vidas

Olhando para o papel dos próprios adolescentes na prevenção das "uniões prematuras", os participantes identificam:

- o poder de decisão, isto é, a capacidade de não aceitar a união e, caso a sua opinião não seja respeitada, “queixar” e pedir o divórcio;
- os conhecimentos e práticas para a prevenção das gravidezes na adolescência.

A nível dos próprios adolescentes, os factores de risco para o casamento prematuro são especulares aos factores de prevenção: desejo de casar e gravidez. Isto é, existem meninas e rapazes que manifestam a vontade de casar ou não recusam as decisões do parceiro e/ou da família e também há adolescentes que se envolvem em relações sexuais não protegidas, com risco de engravidar e, conseqüentemente, de serem forçados a casar: *“Algumas pessoas criam o casamento prematuro por não saber, porque pode fazer e mais tarde se arrepender. Por não saber como se prevenir dessas gravidezes precoces porque sabemos que os casamentos prematuros saem de nós mesmos”* (Rapazes, 15 – 21 anos, Ribaué).

Entre as principais conseqüências negativas do casamento na vida das raparigas, os participantes identificam a sobrecarga de trabalho doméstico (e também produtivo – principalmente no comércio informal e na agricultura) - que leva ao abandono escolar - e a gravidez - que implica risco para a saúde e a vida das adolescentes.

No caso dos rapazes, a conseqüência mais notória é a necessidade de procurar recursos para sustentar a família, que implica abandonar a escola ou passar para o curso noturno para trabalhar e/ou fazer negócio e, em alguns casos, pode levar ao envolvimento na criminalidade: *“existe o rapaz que casa muito cedo, é mau porque vai casar enquanto você não chegou a idade de ter uma coisa, o que vai te obrigar, vai te obrigar a roubar, sim, porque não tem condições de ser chefe de família”* (Rapazes, 15 – 21 anos, Ribaué).

Segundo os rapazes, a situação para eles piora quando as meninas são muito novas e não conseguem apoiar os maridos nas estratégias de sobrevivência familiar: *“quando a miúda não tem a capacidade de fazer nada, somente só senta, pior ele vai a machamba e ela recusa, problema é sério”* (Rapazes, 15 – 21 anos, Ribaué). Todas estas conseqüências do casamento prematuro são reconhecidas como promotoras do aumento da pobreza.

O excerto a seguir apresenta as percepções sobre as causas e as conseqüências do casamento prematuro levantadas num grupo focal de adolescentes rapazes numa zona rural, na província de Nampula:

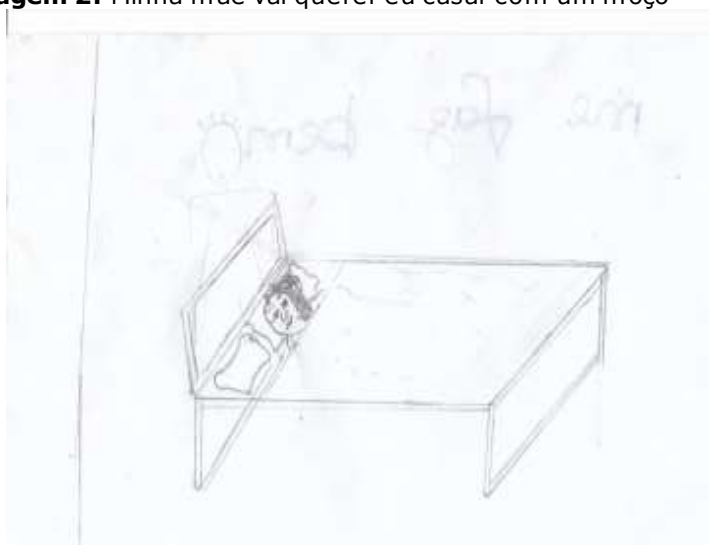
Existem aqueles rapazes que casam de propósito, por exemplo aqui na região existem jovens menores de idade, mas ainda choram porque viram uma miúda e querem se casar com ela. Alguns se casam porque existem rapazes que conquistam uma mulher e, quando uma mulher nega e eles querem a mulher vão se envolver

com a mãe, fala, conquista, dá aquele moral a mãe ameaça a miúda. E a miúda acaba ficando convencida naquilo que a mãe diz, assim. Depois daquela miúda ter uma grávida, ter bebe daí começa a aumentar a pobreza porque é aumento da pobreza na realidade, casamento prematuro aumenta desgraça no país, sim. (Rapazes, 15 – 21 anos, Ribaué).

Como vimos na fala acima, o facto de um rapaz se apaixonar por uma moça é considerado uma das causas das uniões prematuras. Algumas destas uniões acabam sendo forçadas porque, quando a menina não aceita, o rapaz procura o apoio da mãe dela para conseguir. Na opinião dos participantes, esta prática está associada à gravidez precoce e à situação de pobreza no país, como confirmado também por alguns estudos realizados em Moçambique (NHAMPOCA e MARITZ, 2022; UNICEF & UNFPA, 2015).

As famílias: um factor de risco para o casamento prematuro?

Imagem 2: Minha mãe vai querer eu casar com um moço



Fonte: Noémia, Ribaué, 2018.

Por exemplo, eu estou a estudar, tenho doze anos, ali minha mãe vai querer eu casar com um moço porque aquele é professor, um velho para casar com ele. Ali vou abandonar a escola por causa de casamento, não posso estar a conseguir, saio da minha casa sem lavar partos, sem fazer nada, com marido e ir à escola, não vou fazer tudo. Eu tenho que abandonar a escola por causa de casar, cedo enquanto sou criança, mas uma pessoa terminar de estudar, casar não prejudica não, consegue fazer tudo, não corre para ir à escola. (Noémia, 19 anos, Ribaué)

As famílias podem representar tanto uma oportunidade como uma barreira, na prevenção das uniões na adolescência. No desenho acima, a Noémia representa uma rapariga que se encontra numa cama de casal (portanto casada), devido à vontade da mãe. Entretanto, a influencia familiar para o casamento prematuro varia de família para família, assim como os diferentes membros de uma mesma família podem assumir papeis diferenciados em relação a esta prática: "*nem todas as mães aceitam entregar*

as filhas, são algumas, porque os corações são diferentes, existem mães que precisam ver uma filha a escola e existem mães que 'epah, não há como, casa-te lá, estarás a fazer o quê?'" (Rapazes, 15 – 21 anos, Ribaué).

A nível das famílias, entre as principais barreiras que promovem os casamentos prematuro, destacam-se:

- a falta de diálogo e de proximidade entre pais e filhos;
- a ambição dos pais (ou encarregados) que vendem as filhas por dinheiro;
- a fome e a pobreza das famílias que usam o casamento como estratégia de sobrevivência;
- a questão da "honra" e a vergonha associada à gravidez fora do casamento.

Segundos os participantes da pesquisa, o diálogo e o afecto no seio das famílias são limitados e isto pode ter dois tipos de impacto nos casamentos prematuros: por um lado, os adolescentes podem procurar "namorar" e depois casar porque não encontram o amor e o afecto junto dos seus pais; por outro lado, quando um dos familiares empurra para o casamento, os adolescentes têm medo de expressar a sua opinião e/ou procurar ajuda de outros familiares.

Em outros casos, as famílias não forçam as crianças a casar, mas a sua responsabilidade está na falta de aconselhamento, isto é, os pais não recomendam às filhas para esperar e terminar os estudos, antes de envolver-se com um homem. Esta situação é apresentada pelo Esténio na imagem e no trecho a seguir.

Imagem 3: A mãe não aconselha que não deve abandonar a escola



Fonte: Esténio, Ribaué, 2018.

Essa foto conta o casamento prematuro, as meninas aqui abandonam estudar, descobrem homens, dormem com homens, ficam grávidas sem chegar a idade, com

quinze anos, estar a andar com homens, isso é violência. Assim a mãe não aconselha que não deve abandonar a escola, e que não é para brincar com homem de qualquer maneira. Essa senhora aqui, vou dizer que é senhora porque tem uma filha, nasceu sem chegar idade. (Esténio 21 anos, Ribaué).

Os adolescentes reconhecem que é seu dever (que eles chamam de “direito”) respeitar os mais velhos e fazer tudo o que os adultos gostam, mas defendem que eles exageram quando obrigam uma criança a casar com um homem rico por dinheiro, *“porque pode aquele ter dinheiro, nunca vai comprar o nosso coração”* (Meninas, 12 – 16 anos, Pebane). Os relatos dos participantes indicam que há rapazes e homens que aliciam os pais das meninas com dinheiro para eles apoiarem o casamento:

Existem aquelas mães que quando veem um jovem, por exemplo eu saio e vejo uma menina gostei dela, e aquela menina mesmo não me querendo, enquanto eu vou falar com a mãe da miúda, a mãe, mesmo eu dar um 100 ou um 200, se eu tiver não é, ela pode obrigar a filha que epah, se você não ficar com aquele jovem, então você não fica aqui na minha casa. Há uma minha vizinha que a filha está na 4ª classe, agora deve ter uns 14 anos, veio um rapaz que gostava dela, mas aquela miúda negava sempre ia à escola, daí o que ela disse ‘você vai na escola, pensa que vai apanhar o quê, quem estuda são pessoas que tem condições, mesmo você estudar estarás a chumbar nem nada, mesmo você estudar ira apanhar o quê, vai trabalhar aonde?’. Este jovem tinha 17 anos, daqueles jovens que queimam carvão e vendem, tem suas próprias machambas porque aqui o trabalho é o mais essencial de um jovem, muitos preferem não ir na escola enquanto estão a ir na machamba. (Rapazes, 15 – 21 anos, Ribaué).

Em Ribaué, o casamento de uma menina associado ao sistema matrilocal (isto é, o marido vai viver em casa da família da mulher) é utilizado como estratégia para mitigar a fome e a pobreza da família. Segundo os adolescentes, a família escolhe para a sua filha um homem com melhores condições económicas (frequentemente um professor) que casando com ela e mudando-se para a sua casa, irá satisfazer as necessidades básicas de todo o agregado familiar:

Actualmente casamentos prematuros podem vir a decorrer devido à fome no quintal, numa família, sim. O homem que consegue o rancho quando amanhece, pode-se levar para o quintal dos sogros. Isso acontece com pessoas que levam a filha, entregam um homem que já é um professor, é o quê, tal, tal, um empreiteiro, para o quê, ali o professor depois de receber o salário dele, vai dizer que tem esposa, já quando manda aquela farinha, a família fica satisfeita. A família diz vai procurar qualquer coisa que você consegue para estar a chegar aqui viver com a tua esposa, porque não é possível a esposa do professor preparar um jantar excluir a família, não, nunca vai excluir, o jantar será em comum e ali a família já está a aproveitar. (Rapazes, 15 – 21 anos, Ribaué).

Finalmente, as famílias tendem a empurrar os seus filhos e sobretudo as suas filhas para o casamento como estratégia para preservar a honra familiar, prevenindo ou gerindo a “vergonha” de uma gravidez fora do casamento:

Quando uma miúda chega fora da hora em casa dos pais, dali os pais começam a ter medo, que ‘hii, essa vai nos criar uma gravidez precoce por causa de uma

indesejada por que, vem de noite e não se reconhece com quem ela sai, se vai para brincar por bem ou por mal' então, por duvidarem se vem alguém dizer 'epah, estou a precisar!' eles preferem entregar do que ter problemas sociais. Gravidez sem dono é uma vergonha super grande. (Rapazes, 15 – 21 anos, Ribaué).

Aqui casamento não começa só com namoro. Aqui, aqui, você é obrigado a casar quando te engravidam, logo casa de qualquer maneira. (Aminudine, 19 anos, Pebane).

Como vimos, alguns pais procurar proteger os seus filhos/as do casamento prematuro, mas, na maioria dos casos, as famílias recorrem a esta estratégia como meio para enfrentar a pobreza ou a vergonha de uma relação fora do casamento, sem considerar os impactos negativos desta prática no bem-estar e nos direitos de crianças e adolescentes.

O papel ambivalente de Instituições, Comunidade e Governo Local

Imagem 4: Aqui na localidade menores de idade estão a ter maridos.



Fonte: Nelson, Ribaué, 2018.

Esse é um senhor que quando estávamos a conversar com ele estava a reclamar sobre casamentos prematuros, estava a reclamar, porque aqui na localidade menores de idade estão a ter maridos e já estão a ter grávidas perigosas. São perigosas porque são menores e não estão prontas para estarem grávidas, menor de dezassete anos, dezasseis. Eu perguntei porquê que está a ter este tipo de explicações e ele disse que está a ver muitas raparigas menores de idade e já estão a ter crianças e o hospital já está a ficar cheio de crianças de menores de idade. (Nelson, 19 anos, Ribaué).

As instituições e a comunidade local poderiam representar uma oportunidade para a promoção dos direitos dos adolescentes, tendo conhecimentos sobre a ilegalidade do casamento prematuro e colaborando activamente na sua prevenção e mitigação. Entretanto, apesar de todos aparentemente ter informação, poucas são as práticas positivas relatadas pelos participantes da pesquisa. Na imagem acima, o Nelson apresenta um senhor que se mostra com a prática do casamento prematuro na sua comunidade, uma vez que está associado a gravidez precoce que põe em risco a saúde e até a própria vida das meninas. Em Pebane, as participantes partilharam a história de uma sua colega, vítima de tráfico, casamento prematuro e gravidez precoce, que teve o apoio da escola para voltar a estudar:

Então a tia levou cadernos dela, livros rasgou. Parece que lhe levou e viajaram. A tia queria que ela casasse com um adulto, mais velho que ela. Voltou da viagem, depois ela foi queixar na escola. Depois lhe deram caderno, caneta, borracha, afiador, pasta. Para ela estudar de novo. Com barriga. De dia. (Meninas 12 – 13 anos, Pebane).

Mas, na maioria dos casos, a própria escola promove os casamentos prematuros, sendo os próprios professores a casarem com as meninas da comunidade. A polícia deveria também representar um actor-chave para a resolução de casos de casamento prematuro. Entretanto isto não acontece por um lado, pelo medo dos adolescentes de aproximar-se a esta instituição que não é vista como “amigável” para eles, por outro lado, pela corrupção, uma vez que os violadores podem ser “tornar-se inocentes” pagando um valor aos policiais:

Há um modo que fala de unholiha, significa corrupção, cunhar, mesmo com este tipo de problema de casamentos prematuros, uma criança é pequena, não tem idade de ficar grávida, mesmo você mandar no comando para o problema ser bem resolvido, epaah, isso não se faz assim, é normal a pessoa que não tem razão dar algum valor ao comandante e o problema não ser bem resolvido porque já lhe deram algum valor e ele não deve reagir com as leis estão como escritas, isso vem da corrupção. (Rapazes, 15 – 21 anos, Ribaué).

O problema da corrupção é mencionado também ao nível dos líderes comunitários que, estando numa situação de maior pobreza, são mais fáceis de serem corrompidos:

Os líderes são os mais essenciais, por que só uma galinha e eles ficam convencidos, não fazem nada, até podem vir te perguntar, ‘você queria como se a tua filha também queria?’. Será que foi uma agressão, foi uma violência, foi um estupro? Aí é quando o rapaz dá alguma coisa ao líder para poder se salvar, então, quando os pais da menina chegam, o líder diz ‘foi um estupro como, se ela também quis?’, daí os pais da miúda ficam delimitados, sem fazer nada, é por aí, daí começa aumentar de qualquer maneira as coisas. (Rapazes, 15 – 21 anos, Ribaué).

Um outro factor de risco a nível comunitário é o facto de a idade não ser o principal indicador para avaliar a maturidade de uma rapariga para o casamento. Outros factores como a estrutura física e a frequência da escola secundária costumam ser mais relevantes para considerar que ela já esteja pronta para casar:

Muitos jovens dizem 'mulher que vai para escola secundária já está pronta', ali não importa a idade, começou a primeira classe com 7 anos, então de 7 para aguentar chegar até à escola secundária não é fácil, são anos a reprovar sempre, então quando entra para escola secundária, entra madura, então, muitos homens pensam disso, então aí criam os casamentos prematuros. (Rapazes, 15 – 21 anos, Ribaué).

Nesta secção, destacamos que o papel da comunidade e das instituições que, supostamente, deveriam trabalhar em prol dos direitos de crianças e adolescentes é limitado, devido a factores culturais, sociais e económicos que acabam promovendo as uniões prematuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos factores de risco e de prevenção dos casamentos prematuros nos diferentes níveis do modelo sócio-ecológico permitiu perceber que não é possível fazer generalizações em termos dos actores que previnem ou promovem esta prática. Os mesmos actores, desde os próprios adolescentes, os seus pares e as suas famílias até a comunidade e as instituições locais, em alguns casos, desempenham um papel central na protecção de crianças e adolescentes, mas em muitos outros, são eles mesmos que contribuem para a violação dos seus direitos. Em particular, estas violações verificam-se sobretudo quando existem relações interpessoais assimétricas e hierárquicas, marcadas por desigualdade e subordinação (KOLLER, 1999).

De acordo com as crianças e os adolescentes, os principais factores de protecção são: a nível individual, conhecimentos e objectivos de vida definidos, em particular o desejo de estudar aliado às noções básicas de saúde sexual e reprodutiva permite aos adolescentes de evitar namoros e gravidezes precoces que aumentariam o risco de casamento prematuro; a nível familiar, o suporte social e material dos pais e dos outros membros da família contribui para a protecção de crianças e adolescentes; finalmente, as associações e as instituições locais promovem conhecimentos e relações sociais, aumentando a autoestima das crianças e adolescentes e podem representar também um espaço de participação e promoção da sua saúde e dos seus direitos.

Os principais factores de risco mencionados pelos participantes são: a nível individual, a falta de conhecimentos e de um projecto de vida; a nível interpessoal, a

pressão de pares que leva a comportamentos sexuais de risco; a nível social, a pobreza, a corrupção, a fraqueza dos serviços públicos, a fraca implementação da legislação e as normas sociais de gênero e geração. Na sociedade moçambicana, o poder é tradicionalmente atribuído aos mais velhos, tanto na família e na comunidade assim como nos contextos profissionais e políticos. Moçambique é historicamente dominado por uma ideologia de gerontocracia e da senioridade: os mais jovens devem submissão e gratidão aos mais velhos e a obediência é uma habilidade que até pode ser premiada (BIZA, 2007). Em particular, a autoridade dos mais velhos sobre os mais novos e dos homens sobre as mulheres limita o diálogo e a reclamação dos seus direitos por parte de crianças e adolescente, afectando negativamente a sua protecção e participação.

A pesquisa participativa mostrou que as crianças e os adolescentes são actores sociais competentes e conhecedores dos contextos sociais em que estão inseridos (PECHTELIDIS, 2021). Eles têm conhecimentos sobre o que promove e o que dificulta o seu bem-estar e a implementação dos seus direitos e mostram interesse e competência para partilhá-los, se houver adultos disponíveis a escutá-los. A simples experiência de serem questionados sobre os seus pontos de vista foi positiva e gratificante para eles.

Uma vez criado um espaço seguro para terem voz (KENNAN, BRADY e FORKAN, 2019), as crianças e os adolescentes não tiveram medo de expressar a sua opinião perante os adultos, mesmo que isto constituísse uma experiência desafiadora para eles. O feedback dos adultos após das exposições mostrou que a maioria “não sabe” que as crianças e os adolescentes têm conhecimentos, ideias e sentimentos; isto foi particularmente evidente nos contextos mais rurais, em Pebane e sobretudo em Ribaué. Finalmente, constatamos que a reflexividade e o debate promovidos pela pesquisa participativa representam uma ferramenta para a mudança de conhecimentos, atitudes e práticas. O impacto social da pesquisa é particularmente importante, pois vivemos em uma sociedade complexa e em rápida mudança, na qual os pesquisadores precisam explorar novos caminhos para melhorar e apoiar a vida das pessoas (WOOD, 2014), sobretudo as mais novas.

REFERÊNCIAS

BASSIANO, Victor; LIMA, Cláudia de Araujo. Casamentos prematuros em Moçambique: causas e consequências do abandono escolar. **Revista Imagens da Educação**, Maringá, v. 2, n. 8, p. 1-16, 2018.

- BIZA, Adriano Mateus. **Associações de Jovens, Estado e Política em Moçambique**. Maputo. 2007.
- COLONNA, Elena. **Eu é que fico com a minha irmã**. Vida quotidiana das crianças na periferia de Maputo. Braga. 2012.
- COSTA, Luiza Sartori. **Casamento infantil: infância roubada por graves violações dos direitos humanos das crianças**. São Paulo: Hucitec Editora, 2019.
- GLAUSER, Benno. Street Children: Deconstructing a Construct. In: JAMES, A.; PROUT, A. **Constructing and Reconstructing Childhood**. Hampshire: The Falmer Press, 1990. p. 141-159.
- HUSSEY, Julian. **Photovoice Facilitator's Guide**. Wormerveer: Rutgers, 2016.
- KENNAN, Danielle; BRADY, Bernadine; FORKAN, Cormac. Space, voice, audience and influence: the Lundy model of participation in child welfare practice. **Practice**, v. 31, n. 3, p. 205-218, 2019.
- KOLLER, Sílvia. Violência doméstica: uma visão ecológica. In: AMENCAR **Violência doméstica**. Brasília: UNICEF, 1999. p. 32-42.
- MABASSO, Raul Abilio; TEREUCAN, Julio César. Práticas culturais, perspectiva de gênero e direitos da criança: um estudo de caso de Moçambique. **Latinoamericana de Estudios de Familia**, v. 1, n. 14, p. 181-197, 2022.
- MGECAS & MISAU. **Relatório de Indicadores Básicos do Inquérito Sobre Violência Contra a Criança em Moçambique (InVIC 2019)**. MGECAS & MISAU. Maputo. 2020.
- NGUYEN, Nadia et al. Mental health and ART adherence among adolescents living with HIV in Mozambique. **AIDS care**, p. 1-9, 2022.
- NHAMPOCA, Joaquim; MARITZ, Jeanette. Early marriage and adolescent pregnancy in Mozambique. **African Journal of Reproductive Health**, v. 26, n. 3, 2022.
- PALIBRODA, Beverly. **A practical guide to Photovoice**. Manitoba: The Prairie Women's Health Centre of Excellence, 2009.
- PECHTELIDIS, Yannis. A Criança como Ator Social/The Child as a Social Actor. In: TOMÁS, Catarina, et al. **Conceitos-chave em Sociologia da Infância**. Perspetivas Globais. Braga: Uminho Editora, 2021. p. 51.

SHAW, Jon; HARRIS, Jesse. Children of war and children at war: Child victims of terrorism in Mozambique. In: **Terrorism and disaster: Individual and community mental health interventions**. [S.l.]: [s.n.], 2003. p. 41-57.

TISDALL, Kay ; DAVIS, John; GALLAGHER, Micheal. **Researching with Children & Young People**. London: Sage, 2009.

UNICEF & UNFPA. **Casamento Prematuro e Gravidez na Adolescência em Moçambique: Causas e Impacto**. Maputo. 2015.

UNICEF. Early Marriage: Child Spouses. **Innocenti Digest** , Florence, v. 7, 2001.

UNICEF. **Conceptual Framework for Measuring Outcomes of Adolescent Participation**. New York. 2019.

UNICEF. **Pobreza Infantil Multidimensional em Moçambique**. Maputo. 2020.

WOOD, Lesley. Action research for the 21st century: Exploring new educational pathways. **South African Journal of Higher Education**, v. 28, n. 2, p. 660-672, 2014.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

"A PESSOA TER DEZANOVE PARA LÁ NÃO PREJUDICA": O CASAMENTO PREMATURO NA PERSPECTIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MOÇAMBIQUE

"If the person is nineteen and over it doesn't harm": Child Marriage from the perspective of Children and Adolescents in Mozambique

Elena Colonna

PhD em Sociologia da Infância
Universidade Eduardo Mondlane
Departamento de Sociologia
Maputo, Moçambique

elena.colonna@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8639-9686>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Departamento de Sociologia, Campus Principal da UEM, Maputo, Moçambique.

AGRADECIMENTOS

Agradeço Max Sani, Francelino Murela, Zamzam Billow, Zlata Bruckauf e os outros funcionários do UNICEF Moçambique que de alguma forma apoiaram na realização do trabalho, Ivete Meque pela troca de ideias ao longo de todo o percurso e os assistentes de pesquisa, Abel Cunga e Joaquina Muchinga pelo trabalho valioso. Um agradecimento especial a todos às pessoas, às instituições e às organizações que permitiram e facilitaram o acesso aos adolescentes nos três contextos, entre os quais Radio Moçambique, Rejusida, Kulima, Rede da Criança, Instituto Nacional da Juventude, Direcção Provincial da Juventude e Desporto da Zambezia, Direcção Provincial da Juventude e Desporto de Nampula, Administração e Serviços Distritais de Pebane e de Ribaué e todos os líderes locais que colaboraram. Finalmente, agradeço todos e cada um dos participantes que partilharam o seu tempo, a sua disponibilidade, os seus conhecimentos, os seus sentimentos e as suas preocupações para que este trabalho pudesse ser materializado.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: E. Colonna

Coleta de dados: E. Colonna

Análise de dados: E. Colonna

Discussão dos resultados: E. Colonna

Revisão e aprovação: E. Colonna

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

Unicef Moçambique

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Foi obtido o consentimento escrito dos participantes.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 26-05-2022 – Aprovado em: 20-11-2022